

Word

EDITAL

José Manuel Henriques Mota de Faria, Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que terá lugar no dia **22 de dezembro de 2017**, no Solar dos Peixotos, com início às 09h15m, a **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROGRAMA VISEU PRIMEIRO 2017/2021, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ACORDOS DE EXECUÇÃO FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE GALARDÃO DE RECONHECIMENTO MUNICIPAL VIRIATO DE OURO, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 39.º do capítulo IX Viriato de Ouro do Regulamento dos Galardões Municipais de Viseu;
- Ponto 5 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL DE VISEU, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;



- Ponto 6 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- Ponto 7 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI TAXAS, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Ponto 8 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI REDUÇÃO DE TAXAS PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- **Ponto 9** APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 10 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE T.M.D.P. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 11 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI MINORAÇÃO MAJORAÇÃO, nos termos e para os efeitos do previsto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Ponto 12 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI EDIFICIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA SILVA GAIO N.º 26, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 7 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e renumerou o Estatuto dos Beneficios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de Julho, conjugado com o n.º 19 do mesmo artigo e normativo e com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;





- Ponto 13 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI EDIFICIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA NUNES DE CARVALHO N.º 4, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 7 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e renumerou o Estatuto dos Beneficios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de Julho, conjugado com o n.º 19 do mesmo artigo e normativo e com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Ponto 14 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI EDIFICIO OBJETO DE REABILITAÇÃO NA RUA DO ARCO N.º 30, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 7 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e renumerou o Estatuto dos Beneficios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de Julho, conjugado com o n.º 19 do mesmo artigo e normativo e com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Ponto 15 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 16 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTO SOCIEDADE AGRICOLA QUINTA DE VILAR, LDA. PROCESSO N.º 24/2017/37474, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;
- Ponto 17 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTO AMÂNDIO RODRIGUES BALULA PROCESSO N.º 01/537/2002, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;
- Ponto 18 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE ESTABELECIMENTO JOSÉ FERREIRA GOMES PROCESSO N.º 24/2017/68341, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;



Ponto 19 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM A EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA ECOPISTA DO DÃO APÓS OS INCÊNDIOS DE 15 E 16 DE OUTUBRO, nos termos e para os efeitos do previsto nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º e artigos 121.º e 132.º, todos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Para constar e devidos efeitos legais se passou o presente Edital, que vai ser afixado nos locais públicos de costume.

Viseu, 15 de dezembro de 2017

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mari c

(José Manuel Henriques Mota Faria)